

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ**

Ata da Reunião Ordinária do mês de Julho do CEDM/PR.

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte, às quatorze horas e cinco minutos em primeira chamada, por web conferência e segunda chamada às quatorze horas e quinze minutos. **Abertura** – A secretária executiva Jane Vasques, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial. **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio SEJUR/DGDM; Suplente Dra. Emanuele Siqueira- SESP; Jussara-SEAB; Titular- Kamila Conte Kunz – SEDU; Carla Aguiar -SESA **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Fabiane Kravutschke Bogdanovicz-CRP; Maria Isabel Correa – UBM, Titular: Carmen Ribeiro – RFS; Ana Paula Busato – CUT, Titular: Ivanete Paulino Xavier – Rede Mulheres Negras; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Titular: Terezinha Possebom – HUMSOL, Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich, Titular: Isabela Candeloro Campoi; **Colaboradores e Convidados:** Dra. Ana Carolina e Janaína Placido MP; Priscilla Dalmarco. – Secretaria da Educação e do Esporte, Silvana F. Farah – SEJUF/DGDM; Helena Rocha – OAB-PR. Inicia-se a reunião com as boas vindas da presidente Maria Isabel que fala da satisfação de reunir, fala que é muito gratificante estar com todas presentes.

1. Apreciação e Aprovação da Pauta: Justificativa de Ausência: Eunice Tieko Miyamoto, a suplente Ana Paula esta participando e Joseli Collaço. **2. Apresentação da Secretaria de Tecnologia e Ciência – SETI;** A conselheira Sandra Ferreira **3- Levantamento das PLs Junto a ALEP; 4- Informações Sobre o BOU Eletrônico - SESP; 5- Informações do DGDM Sobre o Funcionamento do Botão do Pânico; 6- Organizações das Comissões; 7- Painel de Mulheres Candidatas nas Próximas Eleições; 8- Informes Gerais; 9- Palavra das Conselheiras.** A Presidente Maria Isabel da boas vindas a todas as conselheiras e agradece a presença de todas na reunião **1- Apreciação e Aprovação da Pauta - Inclusão de pauta 1- aprovação da ata 2-reunião da PL Força Tarefa Mulher** Pauta aprovada, aprovação da ata, com contribuição da Dra. Ana Carolina que informa sobre a parte da ata que consta Ministério Público sobre o GT feminicídio e seria e no caso que tramita no Tribunal de Justiça, ata corrigida. A Presidente fala que ontem participou da reunião sobre a PL Força Tarefa da Mulher, que foi encaminhada no grupo de whatsapp para que todas lessem, fomos chamadas pela assessoria da Procuradoria da Mulher, a reunião aconteceu na data de hoje onde participaram três que participam desta reunião, a Dra. Ana Carolina fala que recebeu a PL nada data da sexta feira que antecede este dia, pedindo o apoio da instituição Ministério Público a este projeto de Lei da Força tarefa Mulher, ela informa que o Ministério Público não manifestou apoio formal e na reunião hoje pela manhã foram tratadas questões gerais e cada instituição fez suas considerações, a defensoria pública colocou a preocupação dela, a CEVID do TJ também, como a questão da lei de notificação compulsória que e tratada como ação do projeto, sobre ações moveis também fizeram considerações de se expandir o projeto da OAB de Londrina para todas as regionais e subseções

da OAB-PR, a Dra. Helena fez as considerações dela no sentido que isso de certa forma não é partido, e o MP ratificando as considerações da Dra. Helena coloquei a minha preocupação sobre os objetivos específicos deste Projeto de Lei, por que tem os considerando todos que se referem as normativas que se tratam aos direitos das mulheres querendo dizer que esta força tarefa vai ser instituída de caráter permanente, colocamos que trabalhamos em rede que e importante o trabalho em rede, que e importante a iniciativa da ALEP em se pautar questões dos direitos das mulheres, mas que este projeto de lei deveria ser debatido, discutido melhor com todas as instituições dos objetivos específicos desta força tarefa pra não ser apenas replicados todos os organismos que já existem em vez de serem os organismos que precisam ser fortalecidos, colocamos a importância dessas ações em foco por um objeto mais estratégico e levantamos algumas preocupações com a iniciativa que tem no projeto como a investigação que não cabe a força tarefa fazer a investigação, eles abriram espaço para as instituições e conselhos para fazerem suas considerações, e o projeto de lei foi apresentado daquela forma antes de ter discussão com qualquer instituição e uma das coisas que ponderei e que eles estão querendo replicar a força tarefa do Paraná Infância Segura, mas esta força foi criada primeiro pela Secretaria de Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, com termo de cooperação de todas as outras instituições, com plano de ação instituído anteriormente e hoje estão tentando que esta força continue existir de caráter permanente, tenha uma Lei que a regulamente, e este PL esta fazendo o caminho inverso, foram estas as considerações da Dra. Ana Carolina. A Presidente solicita que a Dra. Helena da OAB/PR, também fizesse as suas considerações, a Dra. Helena cumprimenta a todos e fala que algumas considerações ela já havia compartilhado no grupo de whatsapp e fala que como todo mundo recebeu a PL por e-mail na sexta feira que antecedia a reunião, fala que da questão fundamental que é o debate e não houve inclusive dentro da ALEP que tenha acompanhado as questões do enfrentamento a violência de gênero, inclusive a Procuradoria da Mulher não participou da elaboração deste Projeto de Lei, fala que o objetivo são a efetivação já existente da legislação já existente sobre o enfrentamento a violência e na justificativa do projeto ele traz uma série de ações e elas não fazem parte do corpo do projeto de lei e meu questionamento é pra que uma força tarefa, por que já temos uma rede, já temos o conselho, já temos os órgãos que funções específicas, o eu ganhamos com a constituição de uma força tarefa, este é o meu primeiro questionamento, o projeto de lei não deixa claro o que é esta força tarefa, ele fala que criasse este órgão chamado de força tarefa que é interinstitucional e tem como objetivo implementar as normas já existentes mas sem o foco e acredito que tenha que ter um foco, as estratégias um objetivo e meta, sou totalmente favorável a ter uma força tarefa, mas com foco e objetivo, eles falam em seguir um modelo que seria a força tarefa infância segura, que foi criado pra proteger a criança e adolescente que surgiu de um pacto interinstitucional e dentro deste pacto eles tem ações muito específicas sobre o que a força tarefa deveria fazer e várias das ações são algumas que reiterarei na reunião pela manhã que para mim seria fundamental dentro de uma força tarefa, que é o fortalecimento da rede, fortalecimento das instituições que compõe a rede, polícia civil, polícia científica que são pontos fundamentais de fortalecimento dentro do nosso Estado, a capacitação dos

funcionários que foi objeto da nota de reunião do conselho e várias a outras ações que tem o foco específico, e como foi aberto a possibilidade de apresentarmos nota técnicas e discutir, apresentar emendas a estes projetos, a ideia é que possamos discutir e na minha opinião os pontos fundamentais são esses, acredito que a força tarefa tem que ter foco e objetivo amplo de implementação das normativas nacionais e internacionais sobre os direitos das mulheres, ela complementa informando que a OAB em Londrina tem um projeto OAB por elas, que é um projeto voluntário de advogadas que presta assistência jurídica na delegacia da mulher em Londrina. A Presidente Maria Isabel fala que na reunião pela manhã ela colocou que as coisas funcionem nos municípios por que é la que estão a mulheres e que precisam valorizar os trabalhos feitos pelos municípios, também falou sobre o Fundo Estadual da Mulher que está tramitando na ALEP e que o Conselho não conhece o projeto deste fundo e que pediu que este projeto fosse apresentado neste Conselho mesmo que ele esteja sem continuidade, fala que o próprio conselho teria mais condições de dar uma resposta a esta Força Tarefa e fala que o conselho é parceiro desde que salve guardado tudo que já se falou das considerações sobre o projeto da for...a tarefa, e que a ao final da reunião a delegada que estava presente também concordou que realmente não adiantava fazer o mesmo B.O eletrônico se não tivermos como dar continuidade do trabalho por esta mulher, que foi algo que aconteceu em Londrina de ontem pra hoje, o assassinato da mulher na frente dos dois filhos e que a duas semanas atrás a vítima tinha feito um B.O eletrônico solicitando ajuda e não teve continuidade deste boletim por alguma razão, provavelmente pela carência de recurso, conforme a delegada falou que em Londrina não tem, a Presidente falou que o conselho deveria fazer uma nota técnica sobre este assunto que é urgente que dever-se-ia correr com esta nota antes que passa-se na de comissão de constituição e justiça, pois pelo que ouvimos das Dras. que estão aqui da área jurídica poderia até haver uma questão de inconstitucionalidade do projeto quando fala da questão de fazer investigações, que no caso seria a polícia científica, a vice-presidente Mara Sperandio fala que concorda com que as conselheiras falaram e que não pode-se criar um novo órgão para fazer o que se já faz e que todos os organismos de políticas para as mulheres têm que participar para fazer um projeto, todos tem que ter participação maior de todas as secretarias envolvidas para se trabalhar junto, e que sobre o fundo a chefe do Departamento que em reunião passada presencial no sétimo andar, foi distribuído pela conselheira Tania Domingues o projeto do fundo impresso e entregue a todas as conselheiras e o que temos deste fundo foi falado naquela reunião mesmo que não passou pela SEFA e que não existia recurso orçamentário e que ano iria novamente entrar com este pedido para o Fundo Estadual, e que não foi aprovado pela SEFA, com o parecer de falta de orçamento, e que logo depois veio a Pandemia e que todo o orçamento do Estado está direcionado para a COVID19 e que deveremos no ano que vem fazer novamente tramitar o projeto do Fundo saindo pelo conselho e que se coloca a disposição, a Presidente Maria Isabel solicita a Chefe d o departamento que seja reenviado o projeto, haja vista que tem conselheiras novas, para ser feito uma reavaliação deste projeto e discutir em outra reunião, a chefe responde que será reenviado, a Presidente passa a palavra para a Conselheira Rosalina Batista representante da ASSEMPA e Presidente do

Conselho Municipal de Londrina, a conselheira fala que apreciou o projeto do Deputado Cobra e que concorda com a Presidente a respeito do projeto, para que se criar mais projetos, e que devemos unir a sociedade civil nos municípios para vincular as ações de Política Pública, uma vez que não se consegue recurso para desenvolver a Política da Mulher, por que não tem organismo que ordenar a política dentro do Estado e que só a política fica difícil, podemos aproveitar a vontade do Deputado e mais gente que queiram fazer trabalhar uma ação no conselho para vincular essas ações, por que só o conselho fica pedindo para que o órgão desenvolva e que em alguns municípios se consegue desenvolver, mas só os municípios que tem organismo de mulher e os municípios que não tem e que nem conselho municipal tem, como se vai discutir isso e colocar em prática e que se criar mais uma ação para outros fazerem acho difícil dar certo, então temos que ter mais prazos e discutir mais e encaminhar essas ações com o fortalecimento da Política Pública para as Mulheres no Estado do Paraná. A Presidente fala que temos uma coordenadoria da Mulher o Estado do Paraná que é a Mara, mas sabemos que o Estado não tem recursos financeiros e nem recursos humano que ela precisa para a demanda de todo o volume de trabalho que o Estado do Paraná com seus 399 municípios e sabemos que as companheiras que estão aqui se desdobram mas é humanamente impossível trabalhar com tantas questões de violência contra as mulheres que temos e com falta de recurso, situação bastante grave e muito complexa, achamos o projeto do Deputado Cobra importante, pois traz o executivo, legislativo o judiciário a sociedade civil, mas precisa ficar com o que discutimos dentro do conselho que são políticas para as mulheres e reconhecer a rede que já existe que é deficitária e precisa de mais recursos humanos e mais recursos e não passar por cima do que já existe e fortalecer o que existe, a Presidente abre a palavra para quem mais queira se pronunciar. A Dra. Helena da OAB fala que só para complementar a fala da Mara Sperandio e uma sugestão que uma das coisas que a preocupou foi justamente que a força tarefa ta dentro da Secretária de Justiça, dentro da estrutura da Secretária de Justiça com ações específicas que iram demandar orçamento da Secretária então deveria levar este projeto para o departamento Jurídico da Secretária para analisar esta questão específica, isto me preocupou em termos de constitucionalidade como é que o legislativo prevê uma instituição dentro do executivo sem conversar com o executivo com necessidade com implantação orçamentária específica que não está prevista nem no projeto de lei e nem em outra legislação e quando forem discutir internamente este projeto é uma das coisas que tem se abordar e preocupar. A conselheira Ana Raggio da SEJUF/DEDIF, se manifesta concordando com o que foi exposto por todas com responsabilidades já existentes para órgãos já existentes, que seria interessante fazer o que a FORTIS fez, e que via de regra quando um Projeto de Lei é apresentado na ALEP a Casa Civil manda para a Secretaria responsável pela política uma consulta para poder orientar a liberação do governo, todo projeto passa por este transmite interno do executivo para a Secretaria responsável dar o parecer sobre o assunto e vai para a orientação da liberação do governo, então há possibilidade em algum momento quando este protocolo chegar na SEJUF ser possível ser apresentado no CEDM e este expressar sua opinião dentro do protocolo e fundamentar a manifesta<ao neste sentido, a conselheira Carmen também se

manifesta falando que apreciou o projeto e fala que conforme a conselheira Ana informou que quando o projeto vier para a Secretaria o CEDM poderá fazer suas considerações e fala que teve esta experiência com o próprio Deputado Cobra com o caso do fatídico dia Estadual contra o aborto, e que o CEDM se posicionou e que a SESA fez um belo parecer que nem se quer constava este parecer no corpo do projeto na ALEP, então penso que não devíamos perder nosso tempo com este assunto, isto não vai dar em nada, eles não levam em consideração os nossos posicionamentos e considerações e que deveríamos reduzir esta discussão, fazer uma nota no conselho com estas questões levantadas aqui enviando pra eles aguardando a resposta dele. A conselheira Isabela Campoio fala que levando em considerações as experiências das conselheiras que falaram anteriormente e com a experiência do NUMAPE junto com a rede de proteção as mulheres junto com os municípios e pensei que são ações importantes, e acredito que o projeto de lei obrigaria essas ações nos municípios, eu pensei positivo, porém tem as considerações das advogadas presentes quanto alguns pontos específicos, a conselheira Silvana fala que o receio que todas falaram que também é o dela, seria o conselho virar plataforma política, agir sem recursos, acho que o conselho deve apoiar a iniciativa colocando suas considerações e que ela deve ser ouvida, pois todos queremos a mesma coisa, justiça, organização, ordem e respeito, deve se estabelecer redes e ter ponderação porque a pauta é grande. A Dra. Emanuele representante da SESP, fala que fez contato com a delegada do NUCRIA e que também já participa da força Tarefa do FORTIS, ela alertou que as mesmas dificuldades que estamos percebendo no nosso projeto ela apontou no deles, os mesmos levantamentos que fizemos também estão tendo no FORTIS, a questão dos recursos, das investigações e a questão do canal de denúncia, não acho favorável criar mais um canal, não sou contra o projeto, mas acredito que teria que seja criada da forma mais cuidadosa para que todos os órgãos possam participar e que as mulheres que é o nosso objetivo seja atendida. A Presidente **encaminha** que seja feito um documento com algumas conselheiras de um grupo de trabalho com as ponderações que o conselho apontou, encaminhado este texto as conselheiras do grupo de trabalho para que todas aprovelem e enviar a ALEP, para o Deputado Cobra Reporte. **2- Apresentação da Secretaria de Tecnologia e Ciência – SETI.** A conselheira Sandra agradece a oportunidade de apresenta o trabalho do NUMAPE, e fala que este projeto está indo para sua terceira edição e que é vinculado ao projeto Universidade Sem Fronteiras que é um programa de extensão da SETI, e surgiu em virtude da necessidade, a importância da demanda e priorizar o atendimento deste público, esta apresentação pode ser visualizada no site do CEDM, www.cedm.pr.gov.br, a conselheira Gabriela Storgato representante do Grupo Dignidade, pede a palavra e pergunta se o trabalho do NUMAPE, também se estende as mulheres trans que sofrem com violência e discriminação, a conselheira informa que a NUMAPE tem vários trabalhos nesta área, mas ressalta que Maringá vem fazendo um trabalho grandioso, especializado e orientando outros municípios a atuar, a conselheira Carmen pergunta como é o acesso da mulher ao serviço do NUMAPE, a conselheira responde que das duas formas, procurando diretamente ou enviada pela rede, procura direta pela mulher devido a divulgação nas secretarias da mulher, nas prefeituras dos municípios, o grupo da infância e da juventude encaminha

as mães para o NUMAPE, a procura é de varias formas, a conselheira Carmen pergunta se o NUMAPE, faz a notificação obrigatória da violência, a conselheira informa que faz, e que todo o percurso obrigatório até para respaldar o jurídico é feito, a conselheira Carmen pergunta se a forma de encaminhamento corresponde a um fluxo pré definido, a conselheira da SETI fala que sim, e que existe um protocolo de atendimento, a conselheira Priscila Dalmarco da SEED pergunta sobre as ações nas escolas , a conselheira fala que não são todas as escolas e que dependem da disponibilidade das escolas e dos Diretores do núcleo, a conselheira Roberta Justus da SEJUF/DET, pergunta sobre o acesso a NUMAPE, para parceria de trabalho, a conselheira fala que irá enviar o contato do NUMAPE para as conselheiras. A Presidente agradece a apresentação da SETI e pergunta se a apresentação pode ser publicizada no site do CEDM, a conselheira Sandra informa que sim e que toda forma de divulgação é bem vinda, segue a reunião com a pauta **3- Levantamento das PLs Junto a ALEP**. A conselheira que solicitou este ponto de pauta não pode estar presente na reunião, esta pauta será inclusa na próxima reunião. **4- Informações Sobre o BOU Eletrônico-SESP**. A conselheira Emanuele da Secretaria de Segurança Pública, que fala que durante este período de B.O eletrônico praticamente um mês, foram efetivados 490 B.O, desses 490, 242 foram confirmados, 192 cancelados e 56 cancelados automaticamente, nestas questões os cancelados são aquelas situações em que não se enquadraria a Lei Maria da Penha, como estamos com esta dificuldade de deslocamento devido a covid19, as pessoas estão se aproveitando desta ferramenta eletrônica para registrar ocorrências como por exemplo ao vizinho, ao amigo, um conhecido que não se enquadra dentro da Lei Maria da Penha, que trata do relacionamento familiar, afetivo e esses cancelamentos a maioria dos casos foi em razão desta ausência de vínculo com o agressor e o cancelamento automático é quando a equipe da delegacia eletrônica é treinada para fazer a verificação dos boletins que são solicitados inicialmente a vitima faz a solicitação de B.O e após esta confirmação que se transforma em boletim de ocorrência e vai para a vitima um e-mail com o numero do boletim de ocorrência e o link para impressão, então nesta verificação se está faltando algum dado muito importante é feita esta solicitação de correção, por exemplo em alguns dos crimes que a plataforma não permite a inserção como o descumprimento de medida protetiva, crime sexual, é pedido para a vitima corrigir e procurar uma delegacia para relatar aquele crime que não é possível nesta plataforma, se a vitima não faz esta correção dentro de um determinado período que é de 12 horas o sistema cancela automaticamente este boletim de ocorrência, então nos números gerais praticamente conseguimos validar a metade dos boletins de ocorrência solicitados e os encaminhamentos ã partir deste boletim de ocorrência eletrônico aqui na delegacia da mulher de Curitiba, nos fazemos a separação, se o crime é incondicionado que havia de fato a lesão, nos estamos entrando em contato com a vitima, fazendo a intimação dela para com parecer na delegacia, ela faz a sua oitiva, fazemos todo o procedimento que é o nosso protocolo na delegacia, solicitação de medidas e as demais providencias, estamos tendo dificuldade , achamos que pode ser este período de pandemia ou em razão de alguma deficiência após a confecção do boletim de ocorrência, mas nem todas as vitimas estão comparecendo, algumas estão

indo, e estamos estabelecendo quais vai ser os próximos protocolos que vamos criar para que este boletim de ocorrência tenha um encaminhamento devido, a conselheira finaliza e abre para perguntas. A conselheira Carmen pergunta que esses 490 é a partir de que dia, a conselheira responde que é do dia primeiro(1) de junho que é o dia que o boletim eletrônico entrou em funcionamento até o dia quatro(4) de julho, a conselheira pergunta desses 490, 242 seria o que teriam que trabalhar na delegacias conselheira da SESP, responde que nem todos por que eles podem ter crimes como por exemplo de ameaça condicionado a representação, ai a vitima tem que comparecer na delegacia para fazer a representação do boletim de ocorrência, ela explica que os incondicionados a delegacia provoca ela pra vir a delegacia e os condicionado a representação que depende de uma autorização da vitima pra fazer o procedimento como por exemplo a ameaça, injuria, difamação e calunia, nós não iremos atrás, ela que tem que procurar a delegacia, mas dependendo da situação como por exemplo uma situação que acharmos grave nos ligamos e pedimos que ela procure imediatamente a delegacia, a equipe que esta fazendo a homologação tem este cuidado, fazemos este contato com a vitima e com o delegado responsável por aquele local e informamos que estamos encaminhando aquele B.O que merece uma atenção especial, a conselheira Carmen pergunta se a SESP tem conhecimento de quantas dão segmento indo a delegacia, a conselheira Dra. Emanuele fala que ainda não tem, por que ira depender dos números de todas as delegacias no Paraná e que este levantamento que esta apresentando se consegue pela plataforma do B.O e que o levantamento de quantas compareceram teria que ser feito delegacia por delegacia não é automático mas adianta que é o mínimo que comparece. A Presidente pergunta se mais alguém quer levantar alguma questão, em seguida a Presidente fala no caso de Londrina do feminicídio que o ex companheiro assassinou a mulher na frente dos dois filhos e a Delegada Dra. Magda informou que a duas semanas atrás, essa mulher havia feito um B.O eletrônico e que não foi dado resposta pra ela desta denuncia, por que não tem capacidade de pessoal para fazer atendimento ao público, e ela como conselheira gostaria de saber no Estado como está esta demanda para o conselho fazer uma demanda a própria SESP, pois é preciso que tenhamos um dado maior de funcionários principalmente no momento que o conselheiro insistiu para que acelerasse a questão B.O; eletrônico e de repente ter caído numa armadilha, de que a mulher faz o B.O; eletrônico e acha que está encaminhada e na verdade não estão, a Conselheira Dra. Emanuele fala que estas orientações são diferentes, que a realidade atual é uma defasagem muito grande de policiais que a demanda é grande e que vai enviar no grupo o levantamento semestral da delegacia da mulher foi pedido 2.780 medidas protetivas e 1836 procedimentos relatados, essa é a realidade de todas as unidades e quanto ao caso de Londrina eu pesquisei o B.O eu localizei que a vitima foi dar andamento, não sei se a vitima solicitou medida ou não, por que tem o sigilo que não consegue consultar não sei como foi o resto do andamento, e ressaltando que no B.O. eletrônico é bem explicito a necessidade de comparecer na delegacia de policia em vários momentos do B.O vai se alertando a necessidade do comparecimento na delegacia, essa foi a nossa preocupação da vitima não criar esta expectativa que só o B.O. resolveu. A Presidente pergunta se tem ainda a coordenação das Delegacias

da Mulher a Dra. Emanuele responde que sim que, é a Dra. Vanessa Alice conselheira titular deste conselho. A Presidente Maria Isabel agradece a fala da Dra. Emanuele e fala da importância da participação dela neste conselho e nas reuniões do conselho. A Dra. Emanuele se coloca a disposição do Conselho e das conselheiras para qualquer informação. A conselheira Carmen pede licença e complementa que foi enviado uma solicitação sobre dados da SESP e falando de falta de dados que os dados produzidos pela SESP poderiam ser melhores e ajudar muito mais as informações como por exemplo dados de cor, sexo, idade e tudo isso tem no B.O, não está separado feminicídio, ta dentro do homicídio, não aparece os outros tipos de crime não aparece a separação de violência domestica, não sabemos o que tem dentro destes dados e pede que a SESP produza um relatório que servia, a Dra. Emanuele fala que vai conversar com o Dr. Marcolini e sugestionar o relatório como é o dos imigrantes vitimas de violência domesticas. **5- informações do DGDM Sobre o Funcionamento do Botão do Pânico.** A chefe do departamento Mara Sperandio, inicia a sua fala sobre o Botão do Panico anterior a sua chagada no Departamento da Mulher, fala que existia Botão do Panico físico para quinze municípios, era um dispositivo disponibilizado para a mulher, precisava de um pacote de internet para ser utilizado e precisava de uma licitação, quando assumimos o departamento a maioria dos municípios não conseguiam fazer esta licitação com as empresas que tinha a tecnologia do aparelho, as Prefeituras não conseguiam os documentos solicitados as certidões na licitação, este botão está ativo em Curitiba e em outros municípios, outros desistiram e outros não conseguiram juntar as certidões exigidas, diante deste impasse a Secretaria de Justiça , Secretario de Segurança e o Tribunal de Justiça se reuniram para encontrar uma solução mais rápida e mais fácil para as mulheres , esta solução é um novo dispositivo do Botão dentro de um plicativo da PM 190, é um aplicativo que funciona muito bem e quando ele é acionado leva até dois minutos para que a PM cheguem a vitima, ele tem as mesmas funções do botão do panico antigo além de outras melhores que seria uma cerca eletrônica para proteger a mulher quando alguém chegasse perto dela, esta em estudo, ele grava áudio e tem a posição geográfica exata da mulher, não precisa do pacote de internet e nem de credito no celular, este termo de cooperação foi assinado pelas SEJUF, SESP, Comando da Policia Militar e CELEPAR, com a ajuda da Desembargadora Priscila Placha Sá, que nos orientou e depois de varias tentativas de conclusão, ele foi assinado e publicado, ele vai funcionar como um piloto para os quinze municípios elencados com maior numero de violência da mulher e no futuro pode abranger todos os municípios do Paraná onde tiver Policia Militar, ele não tem custo do Estado independe de orçamento para funcionar, é uma questão de dias para que a CELEPAR organize as medidas protetivas repassadas pelo TJ, são 50 medidas protetivas para cada município e 100 medidas protetivas para Curitiba, de incio vamos trabalhar com 800 medidas protetivas de urgência e depois vamos ampliar, a chefe do departamento finaliza e abre para perguntas. A Presidente Maria Isabel solicita que envie o link do termo cooperação assinado entre as Secretarias, Celepar e Policia Militar, a conselheira Tania informa que enviará este link. **6- Organizações das Comissões-** A Presidente Maria Isabel solicita que esta organização seja de outra forma , a Secretaria Executiva Jane, fala que enviará um e-mail as conselheiras solicitando em quais comissões

elas querem participar e na próxima reunião será confirmada para fazer a publicação da deliberação das comissões permanentes. **7- Painel de Mulheres Candidatas na Próxima Eleição. 8- Informes Gerais** – A conselheira da SESA informou através de e-mail que os dados da Morte Materna por covid19 se encontra na apresentação, a conselheira Carmen informa que já apreciou toda a apresentação e estes dados não se encontram lá, a secretaria fala que entrará em contato com a conselheira para finalizar, fica registrado que será enviado uma correspondência para a solicitação deste dados. **Participação Reunião de Paranaguá**, a conselheira Maria Isabel fala que a Dra. Livia solicitou que fosse alterada a data para o dia 13/7/2020. **Resposta do Ofício 007/2020 CEDM, sobre Recurso da V Conferencia da Mulher.** A Chefe do Departamento enviou e-mail com a escrita a seguir: informo que no exercício de 2020 foi previsto na LOA o valor de R\$ 250.000,00 para Conferência Estadual que estão liberados. Como não deve ocorrer a Conferência devido a pandemia deverá ser prevista novamente para o exercício de 2021. A LOA de 2021 ainda não foi iniciada, a inserção dos dados deve ocorrer no mês de Agosto/2020. **Fica determinado um encaminhamento de ofício para o Secretario solicitando o apoio e recurso a V conferencia**, será por esta secretaria enviada para o DGDM que enviará para Secretário. **Respostas do ofício 008/2020, referente a ações dos municípios frente a COVID 19**, a conselheira solícita um grupo de trabalho para ajudar a compilar estas respostas dos municípios, a conselheira Carmen se oferece para a tarefa. **Substituições de Conselheiras** - Afastamento da conselheira titular solicitou afastamento para candidatura e somente a Suplente Marcia Aparecida de Oliveira Neves. Substituição do Grupo Dignidade Titular: Gabriela Jordana Storgatto e Suplente: Nicolle Amboni Schio. **Palavra das Conselheiras** – a Presidente Maria Isabel agradece a presença de todas as conselheiras e fala da importância da participação nas reuniões por que a demanda é muito grande, e fala que espera que este momento de pandemia passe logo, despedem-se as conselheiras. Encerra-se o link. A presente ata foi desgravada e redigida pela secretária executiva Jane Vasques, e depois de aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.